



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0027/2023
(Processo Administrativo nº 0044/2023)
REGIME DE EXECUÇÃO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
EXCLUSIVO ME/EPP

Torna-se público que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG, por meio do Departamento de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 07/08/2023

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 9:00 às 15:00 h

UASG: 926482

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para cessão temporária de direito de uso de *software* para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo instalação, implantação e fornecimento de licença de uso do *software*, dois coletores de marcações (dispositivos físicos), hospedagem de dados em nuvem, treinamento de uso e suporte técnico, para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá em **lote único**, conforme tabela constante abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total Médio
1	<p>Cessão temporária de direito de uso de software para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Implantação e fornecimento de licença de uso do software.• Disponibilização de dois coletores de marcação de ponto (dispositivos físicos).• Hospedagem de dados na nuvem.• Treinamento de uso.• Suporte técnico.	Unidade	1	R\$ 1.178,12	R\$ 16.451,63
Valor Global: R\$ 16.451,63 (dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos)					



() Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as descritas no Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos.**

1.3 Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <http://comprasnet.gov.br/>

2.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido



condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5 Sociedades Cooperativas.

3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4 FASE DE LANCES

4.1 A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 contiver vícios insanáveis;

5.5.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecúvel a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4 Habilitação Técnica: apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa de direito público e/ou privado que ateste a prestação de serviço similar para quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) empregados.

6.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da



prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8 SANÇÕES

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2 ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

9.13.3 ANEXO III – Termo de Referência;

9.13.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta

9.13.5 ANEXO V – Minuta de Contrato

Junho/2023

Arq. e Urb. Maria Edwiges Sobreira Leal – Presidente do CAU/MG



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2 Habilitação Técnica:

- 2.1 Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa de direito público e/ou privado que ateste a prestação de serviço similar para quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) empregados.

**** Nas contratações para entrega imediata, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme artigo 20, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.**



ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SISTEMA DE REGISTRO DE PONTO

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa para cessão temporária de direito de uso de *software* para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo instalação, implantação e fornecimento de licença de uso do *software*, dois coletores de marcações (dispositivos físicos), hospedagem de dados em nuvem, treinamento de uso e suporte técnico.

DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A solicitação se deve em função da necessidade de aprimoramento das rotinas do Departamento de Pessoal, de modo a dar cumprimento ao § 2º, do Art. 74 da CLT:

“Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, permitida a pré-assinalação do período de repouso”.

A regulamentação do ponto eletrônico ocorre pela Portaria 671, posteriormente complementada pela Portaria 1.255, possibilitando o registro via programa (REP-P). *O REP-P é o programa (software) executado em servidor dedicado ou em ambiente de nuvem com certificado de registro nos termos do art. 91 da Portaria 671, utilizado exclusivamente para o registro de jornada e com capacidade para emitir documentos decorrentes da relação do trabalho e realizar controles de natureza fiscal trabalhista, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho.*

Recentemente o CAU/MG passou por uma transformação em sua jornada de trabalho, de modo que, a partir do dia 01 de setembro de 2023, irá adotar o regime de teletrabalho, com prestação de serviços nos formatos presencial e remoto, tornando-se necessária a regulamentação de ponto eletrônico para controle do Departamento de Pessoal.

A pandemia da Covid-19 promoveu mudanças no mundo do trabalho que são sentidas mesmo posteriormente. Após um longo período em home office foi observado que a flexibilização da jornada tornou-se vantajosa tanto para as empresas quanto para os trabalhadores, na medida em que promove maior qualidade de vida, maiores índices de produtividade e uma série de diminuição dos custos. Embora desafiadora, analistas avaliam que o processo de adaptação ao teletrabalho aconteceu surpreendentemente rápido: reuniões virtuais, compartilhamento de documentos e assinaturas eletrônicas.

O novo modelo visa promover a gestão da produtividade e qualidade de vida dos empregados, além da cultura orientada por resultados; melhora da qualidade de vida dos funcionários; atração e retenção de talentos, contribuindo de forma efetiva para a motivação e comprometimento dos empregados; ampliação das possibilidades de modelos de trabalho; contribuição para a redução de custos e colaboração em ações que promovem a sustentabilidade, mediante diminuição da poluição.

Considerando a Proposta Orçamentária 2023 do CAU/MG, no exercício das competências e prerrogativas que tratam o art. 29 do Regimento Interno aprovado pela Deliberação Plenária do



CAU/MG nº 0085.6.5/2018 e homologado pela Deliberação Plenária do CAU/BR nº DPABR Nº 0087-11/2019; Considerando a Deliberação da Comissão de Organização e Administração DCOA-CAU/MG Nº 235.3.3/2022, de 16 de novembro de 2022; Considerando a Deliberação do Conselho Diretor DCD-CAU/MG Nº 180.3.3/2022, de 22 de novembro de 2022, que aprovou a proposta de regulamentação do teletrabalho no CAU/MG, constante da DCOA-CAU/MG Nº 235.3.3/2022; Considerando a DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DO CAU/MG – DPOMG Nº 137.7.4/2023 de 18 de abril de 2023 que aprovou a regulamentação do regime de teletrabalho, tornou-se fundamental que o CAU/MG contrate um sistema de marcação de ponto que atenda às novas regras de trabalho e permita o controle das jornadas de trabalho, tanto no regime presencial como no sistema remoto.

Em relação ao sistema presencial, serão necessários dois pontos de identificação, para registro de presença. O quantitativo se justifica porque a Sede do CAU/MG possui 2 (dois) andares sendo, portanto, necessária a instalação do novo sistema em ambos os pavimentos.

Por sua vez, com relação ao quantitativo de colaboradores, observou-se que é usual no mercado o fornecimento de planos de 50 em 50 funcionários. Considerando que o CAU/MG conta, atualmente, com 51 empregados e, de modo a comportar a expansão do quadro de colaboradores nos próximos anos, faz-se necessária a contratação de um **plano para 50 a 100 funcionários**.

O CAU/MG planejou a contratação em tela. Desta forma, não se caracteriza tal processo como parcela de fracionamento da despesa, ou seja, não existem aquisições ou contratações neste mesmo exercício, com o mesmo objeto, a serem prestadas no mesmo local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano. O CAU/MG respeitou o princípio da Anualidade do Orçamento.

ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Pessoal	Nilton de Almeida Sete
Gerência Administrativa e Financeira	Reinaldo Antero de Jesus Júnior

REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

Fornecimento e instalação de sistema de ponto junto ao CAU/MG, conforme condições legais, tecnológicas e de segurança que se seguem.

Os equipamentos necessários para a implantação dos dois pontos de identificação (tablets) na Sede do CAU/MG deverão ser fornecidos pela contratada.

Deverá ser efetuada a pronta atualização de versão sempre que necessário;

A Contratada será responsável, ao longo da vigência contratual, pela atualização de versões em função de eventuais mudanças na legislação trabalhista, assim como demais normas, internas ou externas, com aptidão para impactar as funcionalidades pretendidas pela contratação da ferramenta.

O sistema deverá estar disponível sete dias por semana durante 24 horas.

Os canais de suporte deverão estar disponíveis para o atendimento via telefone, portal online (área do cliente) e e-mail, entre 08h e 17h. O prazo máximo para atendimento do chamado é de duas horas.



O sistema de registro de ponto deverá atender aos seguintes requisitos:

Categoria	<p>Sistema Web, com disponibilização de armazenamento em nuvem, (modalidade SaaS, software como serviço) intuitivo e de fácil utilização e operação em ambiente web e mobile.</p> <p>Possibilidade de personalização de ambientes e regras de cálculo, conforme necessidade do cliente.</p> <p>Possuir perfis de usuários diferentes (empregado, superior imediato, gerentes, dentre outros): Superior imediato/gerentes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Controle de regras de horário, cálculo de horas extras, esquecimento da marcação de entradas ou saídas, atrasos, ausências, afastamentos.• Possibilidade de emissão de relatórios personalizados que auxiliem na tomada de decisões. <p>Departamento Pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none">• Admissão digital;• Gestão de férias;• GED - Gestão Eletrônica de Documentos. <p>Plena consonância com a legislação, conforme portaria 671/2021, posteriormente complementada pela Portaria 1.255/2022.</p> <p>Integração total entre as ferramentas de marcação (web, mobile, offline, presencial)</p>
Sistemas/ Modalidades de Marcação de Ponto (Mínimos)	<p>Flexibilização de possibilidades de marcação para geração de conforto e ampliação de metodologias para registro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Celular (aplicativo) – possibilidade de marcação através de aplicativo ou com acesso direto ao site do sistema, mediante utilização de aparelho celular do tipo smartphone.• Tablet (presencial) – equipamentos a ser fornecidos pela contratada. Registro presencial nas unidades Sede do CAU quando do trabalho presencial.• Site – acesso direto ao endereço eletrônico do sistema para registro através de login e senha a ser fornecidos pela contratada.• Ponto Off Line – Possibilidade de acesso e registro mesmo na ausência de internet, para posterior compilação e ajuste das marcações.
Registro de Ponto	<p>Horário</p> <p>Geolocalização (mediante autorização/ consentimento do empregado por meio de assinatura de Termo de Consentimento)</p> <p>Cerca Virtual (Delimitação do endereço) – para definições futuras sobre a utilização</p> <p>Envio de lembrete para marcação do ponto</p>
Formas de Registro	Registro Simples



	QR Code QR Code + Reconhecimento Facial As diversas formas de registro devem possibilitar, em consonância com as modalidades de marcação, opções que garantam a autenticidade do registro e possibilidade de validação da autoria.
Capacidade	50 a 100 empregados
Relatórios/Possibilidades (Mínimas)	Controle de Ponto em Tempo Real Horas Extras Atrasos Faltas Ocorrências De Localização (mediante autorização/consentimento do empregado por meio de assinatura do Termo de Consentimento) Saídas Antecipadas Banco de Horas Solicitações de Ajustes e Abonos (Atestados Médicos) Alçadas de Aprovação
Fechamento de Folha de Ponto Facilitado (Poucos Cliques)	PDF Excel Campo de assinatura eletrônica pelo (a) funcionário (a)
Importação de Dados	Mediante troca de arquivos para base inicial de cadastro de colaboradores
Geração do Espelho de Ponto	Individualizado Em Lote
Gestão Eletrônica de Documentos	Possuir Possibilidade de armazenamento eletrônico de documentos
Órgãos Fiscalizadores	Possuir interface ou ferramenta para acesso por órgãos fiscalizadores: acesso facilitado para extração de informações de cunho geral por órgãos fiscalizadores, sobretudo pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

ANÁLISE DOS NORMATIVOS EXISTENTES

Com a finalidade de subsidiar este estudo, foram localizados e analisados os seguintes normativos que regulam especialmente os serviços a serem contratados, os quais produzirão impacto na contratação conforme as considerações respectivas:

Normativos	Considerações
Lei 14.133/21	Institui normas para Licitações e Contratos Administrativos
Instrução Normativa nº 58 – SEGES 08/08/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Instrução Normativa nº 67 – SEGES 08/07/2021	Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da



	Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto-lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
Portaria/MTP Nº 671, de 8 de novembro de 2021	Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.
Portaria/MTP Nº 1.255, de 27 de maio de 2022	Altera a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantitativo
1	<p>Cessão temporária de direito de uso de software para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Implantação e fornecimento de licença de uso do software.• Disponibilização de dois coletores de marcação de ponto (dispositivos físicos)• Hospedagem de dados na nuvem.• Treinamento de uso.• Suporte técnico.	UN	1

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Recentemente o CAU/MG passou por uma transformação em sua jornada de trabalho, de modo que a partir do dia 01 de setembro de 2023 irá adotar o regime de teletrabalho com prestação de serviços nos formatos presencial e remoto, tornando-se necessária a regulamentação de ponto eletrônico para controle do Departamento de Pessoal. Com isso, tornou-se fundamental que o CAU/MG contrate um sistema de marcação de ponto que atenda as novas regras de trabalho e permita o controle das jornadas de trabalho, tanto no regime presencial, como no sistema remoto.

Nesse sentido, a escolha de um sistema de marcação da jornada de trabalho que possa ser operacionalizado de forma híbrida (presencial e remota) é imprescindível, para o acompanhamento do desempenho dos funcionários, assim como controle de frequência, horas extras, atrasos, faltas, ocorrências, saídas antecipadas, banco de horas, solicitações de ajustes e abonos (atestados médicos), entre outros. A marcação de ponto convencional (relógio de ponto) não atenderia à nova realidade do CAU/MG porque não ofereceria a possibilidade de acompanhamento da jornada dos funcionários nos dias de trabalho remoto.



Os sistemas tradicionais dependem de um meio físico para coletar os pontos, além de um sistema para processamento e tratamento dos dados, aumentando os custos e o tempo para fazer a gestão de ponto completa. Os sistemas mais modernos, por sua vez, podem ser acessados por diferentes ferramentas, como celulares, tablets, web ou ainda de forma offline, de modo a conferir flexibilidade para o desempenho das atividades, tanto no trabalho remoto como no presencial. Além disso, ao contrário dos relógios de ponto tradicionais, não há necessidade de exportação de arquivos, de modo que os dados ficam disponíveis tanto para o funcionário quanto para os seus gestores em tempo real, conferindo maior transparência e facilitando o acesso às informações.

Além disso, há uma diminuição do uso de papel e materiais para impressão, que contribui para a redução da poluição, uma vez que os dados ficam armazenados em nuvem e não é necessário imprimir os comprovantes de registro de ponto. Por outro lado, torna-se essencial a disponibilidade de ferramentas como a geolocalização e o registro mediante reconhecimento facial, de modo a evitar fraudes e garantir a autenticidade dos dados registrados pelo sistema.

Assim, a solução que melhor atende às necessidades do CAU/MG é a contratação de um sistema de registro e controle de frequência (ponto) digital, com armazenamento em nuvem, que permita o controle da jornada de trabalho remoto, bem como presencial.

Ressalta-se que o Governo Federal possui o Portal de Contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) mas a participação para aquisições dentro do sistema está restrita aos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação. Como o CAU/MG possui uma demanda muito pouco representativa do ponto de vista da aquisição de licenças de uso de software, ainda que possa haver a possibilidade de adesão ao SISP, o resultado não compensaria a operação e manutenção do cadastro e registro. Ademais, o tempo a ser dispendido com o trâmite burocrático levaria à morosidade exacerbada no processo de contratação.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As especificações da solução estão pormenorizadas na seção Requisitos da Contratação, deste Estudo Técnico Preliminar, bem como estarão descritas no Termo de Referência.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução não é aplicável, em razão das características do objeto: ele é indivisível por se tratar de um único serviço, considerando a interdependência e a natureza acessória entre as parcelas do objeto.

Sendo assim, opta-se pelo não parcelamento da solução.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação



do objeto principal. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos.

Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

No caso em tela, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Será necessário providenciar a instalação dos equipamentos necessários, bem como o treinamento dos colaboradores do CAU/MG para a utilização do sistema e a otimização dos equipamentos, visando acessar a nova plataforma.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Não se aplica considerando o objetivo proposto.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base no exposto acima, declara-se **ser viável** a contratação pretendida.

MAPA DE RISCOS

Como em toda contratação, vislumbram-se nesta alguns riscos que podem comprometer o sucesso do procedimento, tanto nas fases de planejamento da contratação e seleção do fornecedor, como na de gestão do contrato e execução do(s) serviço(s).

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados a todo o processo, de modo que, para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis para cada ação.

Entendem-se por ações preventivas, aquelas a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos; já as ações de contingência, no entanto, são as que devem ser tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
Descumprimento de prazos e execução incompleta dos serviços			
Ação Preventiva		Responsável	
Realizar estudos e levantamentos detalhados de forma a permitir uma correta estimativa dos aspectos quantitativos e qualitativos do serviço a ser contratado.		Equipe de Planejamento da Contratação	



Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 02 – Especificação insuficiente para a contratação		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Dano		
Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais		
Ação Preventiva	Responsável	
Revisão das especificações e forma de prestação do serviço	Equipe de Planejamento da Contratação	
Ação de Contingência	Responsável	
Estudar o grau de insuficiência e definir com a potencial contratada as especificações que demandarem uma definição mais aprofundada	Equipe de Fiscalização	

Risco 03 – Ausência de interessados		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Dano		
Atrasos e comprometimento da prestação dos serviços		
Ação Preventiva	Responsável	
Realizar estudos e levantamentos detalhados de forma a permitir uma correta estimativa dos aspectos quantitativos e qualitativos do serviço a ser contratado .	Equipe de Planejamento da Contratação	
Ação de Contingência	Responsável	
Buscar novas opções e ofertas disponíveis no mercado	Equipe de Planejamento da Contratação	

Risco 04 – Atraso na conclusão do processo		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Dano		
Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando a realização das atividades do CAU/MG.		
Ação Preventiva	Responsável	
Planejamento e eficiência nas etapas do processo	Equipe de Planejamento da Contratação	
Ação de Contingência	Responsável	
Buscar alinhamento de cada etapa do processo	Equipe de Planejamento da Contratação	

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023.



Nilton Sete Almeida Soares
Gestor de Recursos Humanos

Marilene de Fátima Ferreira Carvalho
Auxiliar Administrativa e Financeira

Aprovado:

Arq. Urb. Maria Edwirges Sobreira Leal
Presidente do CAU/MG

**ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA****CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CAU/MG
EXCLUSIVO ME/EPP****2 OBJETO**

Contratação de empresa para cessão temporária de direito de uso de *software* para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo instalação, implantação e fornecimento de licença de uso do *software*, dois coletores de marcações (dispositivos físicos), hospedagem de dados em nuvem, treinamento de uso e suporte técnico.

2.1 DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total Médio
1	Cessão temporária de direito de uso de software para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo: <ul style="list-style-type: none">• Implantação e fornecimento de licença de uso do software.• Disponibilização de dois coletores de marcação de ponto (dispositivos físicos)• Hospedagem de dados na nuvem.• Treinamento de uso.• Suporte técnico.	Unidade	1	R\$ 1.178,12	R\$ 16.451,63
Valor Global: R\$ 16.451,63 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos)					

1.2 ESTIMATIVA DE PREÇOS/PREÇOS REFERENCIAIS

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 16.451,63 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos)**, para o período de 12 (doze) meses, conforme quadro do item 1.1 deste Termo de Referência.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A solicitação se deve em função da necessidade de aprimoramento das rotinas do Departamento de Pessoal, de modo a dar cumprimento ao § 2º, do Art. 74 da CLT:

“Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, permitida a



pré-assinalação do período de repouso”.

A regulamentação do ponto eletrônico ocorre pela Portaria 671, posteriormente complementada pela Portaria 1.255 possibilitando o registro via programa (REP-P). *O REP-P é o programa (software) executado em servidor dedicado ou em ambiente de nuvem com certificado de registro nos termos do art. 91 da Portaria 671, utilizado exclusivamente para o registro de jornada e com capacidade para emitir documentos decorrentes da relação do trabalho e realizar controles de natureza fiscal trabalhista, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho.*

- 2.2 Recentemente o CAU/MG passou por uma transformação em sua jornada de trabalho, de modo que a partir do dia 01 de setembro de 2023 irá adotar o regime de teletrabalho com prestação de serviços nos formatos presencial e remoto, tornando-se necessária a regulamentação de ponto eletrônico para controle do Departamento de Pessoal.
- 2.3 A pandemia da Covid-19 promoveu mudanças no mundo do trabalho que são sentidas mesmo posteriormente. Após um longo período em home office foi observado que a flexibilização da jornada tornou-se vantajosa tanto para as empresas quanto para os trabalhadores na medida em que promove maior qualidade de vida, maiores índices de produtividade e claro, uma série de diminuição dos custos. Embora desafiadora, analistas avaliam que o processo de adaptação ao teletrabalho aconteceu surpreendentemente rápido: reuniões virtuais, compartilhamento de documentos e assinaturas eletrônicas.
- 2.4 O novo modelo visa promover a gestão da produtividade e qualidade de vida dos empregados, além da cultura orientada por resultados; melhora da qualidade de vida dos funcionários; atração e retenção de talentos, contribuindo de forma efetiva para a motivação e comprometimento dos empregados; ampliação das possibilidades de modelos de trabalho; contribuição para a redução de custos e colaboração em ações que promovem a sustentabilidade mediante diminuição da poluição.
- 2.5 Considerando a Proposta Orçamentária 2023 do CAU/MG, no exercício das competências e prerrogativas que tratam o art. 29 do Regimento Interno aprovado pela Deliberação Plenária do CAU/MG nº 0085.6.5/2018 e homologado pela Deliberação Plenária do CAU/BR nº DPABR Nº 0087- 11/2019; Considerando a Deliberação da Comissão de Organização e Administração DCOA-CAU/MG Nº 235.3.3/2022, de 16 de novembro de 2022; Considerando a Deliberação do Conselho Diretor DCD-CAU/MG Nº 180.3.3/2022, de 22 de novembro de 2022, que aprovou a proposta de regulamentação do teletrabalho no CAU/MG, constante da DCOA-CAU/MG Nº 235.3.3/2022; Considerando a DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DO CAU/MG – DPOMG Nº 137.7.4/2023 de 18 de abril de 2023 que aprovou a regulamentação do regime de teletrabalho, tornou-se fundamental que o CAU/MG contrate um sistema de marcação de ponto que atenda as novas regras de trabalho e permita o controle das jornadas de trabalho, tanto no regime presencial, como no sistema remoto.
- 2.6 Em relação ao sistema presencial, serão necessários dois pontos de identificação, para registro de presença. O quantitativo se justifica porque a Sede do CAU/MG possui 2 (dois) andares sendo, portanto, necessária a instalação do novo sistema em ambos os pavimentos.
- 2.7 Por sua vez, com relação ao quantitativo de colaboradores, observou-se que é usual no mercado o fornecimento de planos de 50 em 50 funcionários. Considerando que o



CAU/MG conta, atualmente, com 51 empregados e, de modo a comportar a expansão do quadro de colaboradores nos próximos anos, faz-se necessária a contratação de um plano para **50 a 100 funcionários**.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1 Fornecimento e instalação de sistema de ponto junto ao CAU/MG, conforme condições legais, tecnológicas e de segurança que se seguem.
- 3.2 **Os equipamentos necessários para a implantação dos dois pontos de identificação (tablets) na Sede do CAU/MG deverão ser fornecidos pela contratada.**
- 3.3 Deverá ser efetuada a pronta atualização de versão sempre que necessário;
- 3.4 A Contratada será responsável, ao longo da vigência contratual, pela atualização de versões em função de eventuais mudanças na legislação trabalhista, assim como demais normas, internas ou externas, com aptidão para impactar as funcionalidades pretendidas pela contratação da ferramenta.
- 3.5 O sistema deverá estar disponível sete dias por semana durante 24 horas.
- 3.6 Os canais de suporte deverão estar disponíveis para o atendimento via telefone, portal online (área do cliente) e e-mail, entre 08h e 17h. O prazo máximo para atendimento do chamado é de duas horas.

Categoria	<p>Sistema Web, com disponibilização de armazenamento em nuvem, (modalidade SaaS, software como serviço) intuitivo e de fácil utilização e operação em ambiente web e mobile.</p> <p>Possibilidade de personalização de ambientes e regras de cálculo, conforme necessidade do cliente.</p> <p>Possuir perfis de usuários diferentes (empregado, superior imediato, gerentes, dentre outros): Superior imediato/gerentes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Controle de regras de horário, cálculo de horas extras, esquecimento da marcação de entradas ou saídas, atrasos, ausências, afastamentos.• Possibilidade de emissão de relatórios personalizados que auxiliem na tomada de decisões. <p>Departamento Pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none">• Admissão digital;• Gestão de férias;• GED - Gestão Eletrônica de Documentos. <p>Plena consonância com a legislação, conforme portaria 671/2021, posteriormente complementada pela Portaria 1.255/2022.</p> <p>Integração total entre as ferramentas de marcação (web, mobile, offline, presencial)</p>
-----------	---



Sistemas/ Modalidades de Marcação de Ponto (Mínimos)	<p>Flexibilização de possibilidades de marcação para geração de conforto e ampliação de metodologias para registro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Celular (aplicativo) – possibilidade de marcação através de aplicativo ou com acesso direto ao site do sistema, mediante utilização de aparelho celular do tipo smartphone.• Tablet (presencial) – equipamentos a ser fornecidos pela contratada. Registro presencial nas unidades Sede do CAU/MG quando do trabalho presencial.• Site – acesso direto ao endereço eletrônico do sistema para registro através de login e senha a ser fornecidos pela contratada.• Ponto Off Line – Possibilidade de acesso e registro mesmo na ausência de internet, para posterior compilação e ajuste das marcações.
Registro de Ponto	<p>Horário Geolocalização (mediante autorização/ consentimento do empregado por meio de assinatura de Termo de Consentimento) Cerca Virtual (Delimitação do Endereço) - para definições futuras sobre a utilização Envio de lembrete para marcação do ponto</p>
Formas de Registro	<p>Registro Simples QR Code QR Code + Reconhecimento Facial</p> <p>As diversas formas de registro devem possibilitar, em consonância com as modalidades de marcação, opções que garantam a autenticidade do registro e possibilidade de validação da autoria.</p>
Capacidade	50 a 100 empregados
Relatórios/Possibilidades (Mínimas)	<p>Controle de Ponto em Tempo Real Horas Extras Atrasos Faltas Ocorrências De Localização (mediante autorização/consentimento do empregado por meio de assinatura do Termo de Consentimento) Saídas Antecipadas Banco de Horas Solicitações de Ajustes e Abonos (Atestados Médicos) Alçadas de Aprovação</p>
Fechamento de Folha de Ponto Facilitado (Poucos Cliques)	<p>PDF Excel Campo de assinatura eletrônica pelo (a) funcionário (a)</p>
Importação de Dados	Mediante troca de arquivos para base inicial de cadastro de colaboradores
Geração do Espelho de Ponto	<p>Individualizado Em Lote</p>
Gestão Eletrônica de Documentos	Possuir Possibilidade de armazenamento eletrônico de documentos



Órgãos Fiscalizadores

Possuir interface ou ferramenta para acesso por órgãos fiscalizadores: acesso facilitado para extração de informações de cunho geral por órgãos fiscalizadores, sobretudo pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4 DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1 Contratação fundamentada nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme descrição constante neste termo de referência, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1 Em razão do valor, as empresas participantes deverão ser microempresas ou empresas de pequeno porte;
- 5.2 O prazo para entrega do material/serviço obedecerá ao constante da ordem de compra/serviço;
- 5.3 A entrega dos itens no local indicado pela contratante é de responsabilidade da contratada, devendo possuir pessoal habilitado para descarregamento do material, quando necessário.

6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 O prazo de entrega e instalação dos bens/serviços seguirá o cronograma abaixo, **contado do recebimento da Ordem de Compra/Serviço**, no endereço Av. Getúlio Vargas, nº 447, 11º andar e 9º andar, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-020, salvo disposição em contrário.

Cronograma - Implantação Sistema de Registro de Presença	Prazo
Instalação dos equipamentos necessários	5 dias corridos
Fornecimento do login e senha do administrador	1 dia corrido
Treinamento para utilização do sistema	1 dia corrido
Implantação do Projeto Piloto	7 dias corridos
Ajustes ao Projeto Piloto	2 dias corridos
Implantação definitiva do sistema	1 dia corrido

6.1.1 A entrega ocorrerá no horário comercial de 08h às 17h, mediante agendamento.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do pactuado ou contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 7.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 São obrigações da CONTRATADA:

- 7.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e;
- 7.2.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.2.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.2.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 7.2.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação;
 - 7.2.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 7.2.8 Assinar Termo de Confidencialidade das informações a que tiver acesso.
- 7.3 Obrigações decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)
- 7.3.1 As partes deverão cumprir o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
 - 7.3.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
 - 7.3.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
 - 7.3.4 O CAU/MG deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os eventuais contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
 - 7.3.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
 - 7.3.6 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
 - 7.3.7 A Contratada deverá exigir de eventuais suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente obrigação, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
 - 7.3.8 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
 - 7.3.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
 - 7.3.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 7.3.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
 - 7.3.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



8 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

9 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4 A GESTÃO DO CONTRATO (controle administrativo) será exercida pela Gerência Administrativa e Financeira – GAF do CAU/MG e a FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (controle técnico) será exercida pelo Fiscal do Contrato, na figura do funcionário Nilton Sete Almeida Soares, o qual competirão zelar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto na proposta da CONTRATADA.

10 PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, preferencialmente para o Banco do Brasil, Boleto bancário, fatura com código de barras ou ainda outra forma utilizada pelo fornecedor/prestador, desde que previamente analisada e aceita pelo CAU/MG - acompanhado dos documentos fiscais.
- 10.2 O pagamento será feito em até **10 (dez) dias úteis** após o aceite da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

11 DO REAJUSTE

- 11.1 O preço convencionado ficará irremovível por 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, em 30/06/2023.
- 11.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação da variação do ICTI (IPEA) acumulado em 12 meses contados do mês anterior à data de vencimento do instrumento contratual ou da data do último reajuste.



12 RETENÇÃO DE IMPOSTOS

12.1 Conforme IN 1234/2012 e alterações propostas pela IN 1540/2015 da SRF, as retenções tributárias obedecerão às seguintes regras:

12.1.1 Optantes pelo Lucro Presumido e Lucro Real:

- Para mercadorias/equipamentos: 5,85% (PIS – 0,65%, COFINS – 3%, CSLL – 1% e IR – 1,20%);
- Para serviços: 9,45% (PIS – 0,65%, COFINS – 3%, CSLL – 1% e IR – 4,80%); e
- ISS conforme Lei Complementar 116/2003 e respectivas derivações municipais.

12.1.2 Optantes pelo Simples Nacional:

- ISS conforme Lei Complementar 116/2003 e respectivas derivações municipais.

12.2 Em casos de fornecimento de materiais ou serviços que contenham descrição específica nas legislações citadas, vide Anexo I da In 1234/2012.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

13.1.1 Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.3 Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

13.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

13.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa/licitação ou a execução do contrato;

13.1.6 Fraudar a licitação/dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

13.1.7 Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% do valor da contratação;



- 14.2.3 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento do cadastro de fornecedores pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.2.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 14.2.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.2.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15 DA GARANTIA

A garantia do produto está vinculada ao fabricante e à contratada, atenta à Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Caso o fabricante/fornecedor possua uma garantia maior, prevalecerá a maior.

16 FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

A formalização contratual dar-se-á por meio de Contrato.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2023

Nilton Sete Almeida Soares
Gestor de Recursos Humanos

Reinaldo Antero de Jesus Júnior



Gerente Administrativo e Financeiro do CAU/MG

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/2021. Em atendimento ao disposto no art. 50, IV, Lei 9.784/99, bem como no art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021, autorizo a contratação direta.

Arq. e Urb. Maria Edwiges Sobreira Leal
Presidente do CAU/MG



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da licitante)

A/C Departamento de Compras do CAU/MG

A Empresa _____ sediada à _____ (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais a prestação de serviço de cessão temporária de direito de uso de *software* para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo instalação, implantação e fornecimento de licença de uso do *software*, dois coletores de marcações (dispositivos físicos), hospedagem de dados em nuvem, treinamento de uso e suporte técnico, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, nas seguintes condições:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Taxa de Instalação	Valor Mensal	Valor Anual
1	Cessão temporária de direito de uso de software para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo: <ul style="list-style-type: none">• Implantação e fornecimento de licença de uso do software.• Disponibilização de dois coletores de marcação de ponto (dispositivos físicos)• Hospedagem de dados na nuvem.• Treinamento de uso.• Suporte técnico.	Unidade	1			
Valor Total Global:						

Preço Total por extenso: R\$ ----,-- (-----)

1. Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias);
2. **Nos preços cotados estão inclusos todas as despesas, de qualquer natureza, como mão de obra, impostos, frete, seguro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, todas as taxas, equipamentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários; seguros, lucro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência;**
3. Dados bancários: _____ (informar banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento);
4. Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato/termo equivalente no prazo determinado pelo CAU/MG, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (profissão), _____ (função na empresa), e-mail _____



_____, residente a rua, avenida _____ nº _____, em _____ (cidade),
como responsável legal desta empresa; e

5. Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

DECLARO:

Responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes desta contratação.

Assinatura

____ / ____ / 202__



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº xxx/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS (CAU/MG) E A EMPRESA xxx

O **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CAU/MG)**, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrita no CNPJ sob o nº 14.951.451/0001-19, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 447, 11º Andar, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-020, representado neste ato por sua Presidente, MARIA EDWIRGES SOBREIRA LEAL, brasileira, solteira, Arquiteta e Urbanista, inscrita no CAU/BR sob o nº [REDACTED] e no CPF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) **EMPRESA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx, sediada em xxx, representada neste ato pelo seu representante legal, (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 044/2023, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 027/2023, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a cessão temporária de direito de uso de *software* para controle de jornada de trabalho em formato híbrido (presencial e remoto) dos empregados do CAU/MG, compreendendo instalação, implantação e fornecimento de licença de uso do *software*, dois coletores de marcações (dispositivos físicos), hospedagem de dados em nuvem, treinamento de uso e suporte técnico, nos termos e condições especificados neste Contrato, no Termo de Referência do Processo Administrativo nº 044/2023 | Dispensa Eletrônica de Licitação nº 027/2023, e na Proposta da Contratada, todos documentos inseparáveis e integrantes do presente Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DETALHAMENTO DO SERVIÇO E DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO

2.1. Fornecimento, instalação e suporte de sistema de ponto junto ao CAU/MG, conforme condições legais, tecnológicas e de segurança que se seguem:



Categoria	<p>Sistema Web, com disponibilização de armazenamento em nuvem, (modalidade SaaS, software como serviço) intuitivo e de fácil utilização e operação em ambiente web e mobile.</p> <p>Possibilidade de personalização conforme necessidade do cliente, como regras de horário e cálculo de horas extras.</p> <p>Possuir perfis de usuários diferentes (empregado, superior imediato, gerentes, dentre outros): Superior imediato/gerentes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Controle de regras de horário, cálculo de horas extras, esquecimento da marcação de entradas ou saídas, atrasos, ausências, afastamentos.• Possibilidade de emissão de relatórios personalizados que auxiliem na tomada de decisões. <p>Departamento Pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none">• Admissão digital;• Gestão de férias;• GED - Gestão Eletrônica de Documentos. <p>Plena consonância com a legislação, conforme portaria 671/2021, posteriormente complementada pela Portaria 1.255</p> <p>Integração total entre as ferramentas de marcação (web, mobile, offline, presencial)</p>
Sistemas/ Modalidades de Marcação de Ponto (Mínimos)	<p>Flexibilização de possibilidades de marcação para geração de conforto e ampliação de metodologias para registro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Celular (aplicativo) – possibilidade de marcação através de aplicativo ou com acesso direto ao site do sistema, mediante utilização de aparelho celular do tipo smartphone.• Tablet (presencial) – equipamentos a ser fornecidos pela contratada. Registro presencial nas unidades Sede do CAU quando do trabalho presencial.• Site – acesso direto ao endereço eletrônico do sistema para registro através de login e senha a ser fornecidos pela contratada.• Ponto Off Line – Possibilidade de acesso e registro mesmo na ausência de internet, para posterior compilação e ajuste das marcações.
Registro de Ponto	<p>Horário</p> <p>Geolocalização (mediante autorização/ consentimento do empregado por meio de assinatura de Termo de Consentimento)</p> <p>Cerca Virtual (Delimitação do endereço) – para definições futuras sobre a utilização</p> <p>Envio de lembrete para marcação do ponto</p>
Formas de Registro	<p>Registro Simples</p> <p>QR Code</p>



	QR Code + Reconhecimento Facial As diversas formas de registro devem possibilitar, em consonância com as modalidades de marcação, opções que garantam a autenticidade do registro e possibilidade de validação da autoria.
Capacidade	50 a 100 empregados
Relatórios/Possibilidades (Mínimas)	Controle de Ponto em Tempo Real Horas Extras Atrasos Faltas Ocorrências De Localização (mediante autorização/consentimento do empregado por meio de assinatura do Termo de Consentimento) Saídas Antecipadas Banco de Horas Solicitações de Ajustes e Abonos (Atestados Médicos) Alçadas de Aprovação
Fechamento de Folha de Ponto Facilitado (Poucos Cliques)	PDF Excel Campo de assinatura eletrônica pelo (a) funcionário (a)
Importação de Dados	Mediante troca de arquivos para base inicial de cadastro de colaboradores
Geração do Espelho de Ponto	Individualizado Em Lote
Gestão Eletrônica de Documentos	Possuir Possibilidade de armazenamento eletrônico de documentos
Órgãos Fiscalizadores	Possuir interface ou ferramenta para acesso por órgãos fiscalizadores: acesso facilitado para extração de informações de cunho geral por órgãos fiscalizadores, sobretudo pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

2.2 A Contratada será responsável por fornecer treinamento e informações sobre a forma de utilização do sistema.

2.3 A Contratada deverá fornecer os equipamentos necessários para a instalação de dois pontos de identificação, para registro de presença, no 9º e 11º andares da Sede do CAU/MG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E REAJUSTE

3.1 O valor total deste contrato é de **R\$ xxx (valor por extenso)**, conforme Proposta constante do Processo Administrativo nº 044/2023, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 027/2023.

3.1.1. Será pago pelo serviço prestado, mensalmente, o **valor R\$ xxx (valor por extenso)**.

3.1.2 Será pago, uma única vez, o custo de instalação e implementação no valor **R\$ xxx (valor por extenso)**.



3.1.3. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/06/2023.

3.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação da variação do ICTI (IPEA) acumulado em 12 meses contados do mês anterior à data de vencimento do instrumento contratual ou da data do último reajuste.

3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº. 14.133, de 2021, por interesse da CONTRATANTE, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

4.1.3. Os preços e condições permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

4.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

4.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.



4.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.4. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período de vigência deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

4.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento anual do CAU/MG, para o exercício de 2023, nas classificações abaixo:

6.2.2.1.1.01.04.04.028 - Demais Serviços Prestados

4.11.11.001 – Atividade – Manter e Desenvolver as Atividades da Gerência Adm. Financeira

5.2. As respectivas disponibilidades estarão declaradas nos autos para o exercício de 2023, bem como aquelas que vierem a ser alocadas no orçamento do CAU/MG para o exercício de 2024.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, por meio de transferência bancária, preferencialmente para o Banco do Brasil, boleto bancário, fatura com código de barras ou ainda outra forma utilizada pelo fornecedor/prestador, desde que previamente analisada e aceita pelo CAU/MG - acompanhado dos documentos fiscais.

7.2. O pagamento será feito **em até 10 (dez) dias úteis** após o aceite da Nota Fiscal pela Gerência Administrativa Financeira ou pelo Fiscal do Contrato.

7.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Conselho Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais, CNPJ 14.951.451/0001-19, devendo ser entregue ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais.

7.4 A cada pagamento a ser efetivado pela CONTRATANTE, será realizada prévia verificação da regularidade fiscal, jurídica e trabalhista da CONTRATADA.

7.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido



de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, estes serão restituídos pela CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias, para que a CONTRATADA promova as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF (regularidade jurídica, fiscal e trabalhista).

7.12. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.



7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13.1. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Além das obrigações constantes do Termo de Referência, **COMPETE À CONTRATADA:**

8.1.1. Prestar os serviços na data, horário e local solicitado previamente pelo CAU/MG, conforme disposto neste Contrato;

8.1.2. Cientificar imediatamente e por escrito ao CAU/MG sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto contratual.

8.1.3. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às indagações sobre a execução do objeto contratual.

8.1.4. Responsabilizar-se, para todos os efeitos legais e administrativos, perante o CAU/MG e terceiros, pelos atos e omissões praticados por seus funcionários, no desempenho de suas atribuições decorrentes do contrato.

8.1.5. Cumprir fielmente o que foi solicitado, não transferindo a terceiros, quer total ou parcialmente.

8.1.6. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços.

8.1.7. Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes das legislações trabalhistas, fiscais, tributárias, comerciais e previdenciárias, resultantes da prestação de serviços.

8.1.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

8.1.10. Emitir Nota Fiscal/Fatura, relativa à prestação do serviço, contendo todos os dados necessários ao seu pagamento.

8.1.11. Disponibilizar à CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços e de seu preposto.



8.1.12. Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONTRATANTE.

8.1.13 Possibilitar controle de acessos, habilitação de permissões, registros de *logs*, e demais requisitos e obrigações de segurança da informação e privacidade, com ações que viabilizem e assegurem a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações e dados processados e armazenados;

8.1.14 Oferecer funcionalidades e mecanismos de portabilidade, compartilhamento, interoperabilidade e auditabilidade dos dados;

8.1.15 Providenciar atualização de versões em função de eventuais mudanças na legislação trabalhista, assim como demais normas, internas ou externas, com aptidão para impactar as funcionalidades pretendidas pela contratação da ferramenta.

8.1.16 Fazer a transição contratual, quando for o caso, observadas as seguintes regras:

I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;

II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;

III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;

IV - a devolução de recursos;

V - a revogação de perfis de acesso;

VI - a eliminação de caixas postais; e

VII - outras que se apliquem.

8.2 Obrigações decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)

8.2.1 As partes deverão cumprir o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.2.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.2.4 O CAU/MG deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os eventuais contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.



8.2.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.2.6 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.2.7 A Contratada deverá exigir de eventuais suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente obrigação, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.2.8 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.2.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.2.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.2.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.2.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.3. Além das obrigações constantes do Termo de Referência, **COMPETE À CONTRATANTE:**

8.3.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento contratual;

8.3.2. Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto deste contrato;

8.3.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA, sobre eventuais alterações dos serviços e produtos a serem fornecidos, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis;

8.3.4. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;

8.3.5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desacordo com o contrato;



8.3.6. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

8.3.7. Receber e aferir a nota a ser emitida pela CONTRATADA;

8.3.8. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

8.3.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

8.3.10. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1 Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.3 Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

9.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

9.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa/licitação ou a execução do contrato;

9.1.6 Fraudar a licitação/dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

9.1.7 Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

9.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos



significativos para a Contratante;

9.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% do valor da contratação;

9.2.3 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento do cadastro de fornecedores pelo prazo de até cinco anos;

9.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

9.2.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.2.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9.2.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.2.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o



contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

10.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.2.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.3 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1 É vedado à CONTRATADA:

11.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

11.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

11.1.3 Veicular publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

11.1.4 Subcontratar, total ou parcialmente, a execução do objeto deste contrato.

11.1.5 Contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

12.2.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão e fiscalização da execução do contrato serão exercidas pelo CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG, sendo a gestão exercida pela Gerência Administrativa Financeira e a fiscalização exercida pelo empregado público Nilton Sete Almeida Soares, aos quais competirão zelar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto na proposta da CONTRATADA, neste Contrato e no respectivo Termo de Referência.

13.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

13.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e/ou a publicação, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto no artigo 94, da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO

16.1. O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 044/2023, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 027/2023.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte, do Tribunal Regional Federal da Sexta Região – TRF-6 para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº xxx/2023 foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MARIA EDWIRGES SOBREIRA LEAL

CONTRATADA

XXXXXX

TESTEMUNHAS:



CAU/MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

NOME/CPF _____

ASSINATURA _____

NOME/CPF _____

ASSINATURA _____